

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Eleições e Representação Política

SOCIALISMO MORENO, CONSERVADORISMO PÁLIDO? COR E RECRUTAMENTO DE CANDIDATURAS NAS DUAS MAIORES CIDADES BRASILEIRAS

Luiz Augusto Campos

Escola de Ciência Política

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Brasília, DF
4 a 7 de agosto de 2014

SOCIALISMO MORENO, CONSERVADORISMO PÁLIDO? COR E RECRUTAMENTO DE CANDIDATURAS NAS DUAS MAIORES CIDADES BRASILEIRAS

Luiz Augusto Campos (UNIRIO)

Resumo do trabalho:

A ausência de mulheres e negros na representação política vem se tornando um tema central tanto no debate público quanto para a Ciência Política. Contudo, a extensa bibliografia dedicada à marginalização política das mulheres destoa quando comparada aos trabalhos sobre a sub-representação dos negros no Brasil e sobre os mecanismos que facilitam ou dificultam a entrada deles na política. Para ajudar a preencher tal lacuna, este artigo discute os dados de um levantamento sobre a cor dos candidatos a vereador nas eleições ocorridas em 2012 nos dois maiores municípios brasileiros. Diante da carência de registros oficiais sobre a cor autodeclarada dos candidatos, optou-se por submeter as quase três mil fotos, obtidas no site do TSE, à classificação de uma equipe de pesquisadores. Os resultados permitem problematizar, por exemplo, a tese segundo a qual partidos de esquerda seriam mais abertos a não-brancos do que legendas de direita. Mais importante ainda, eles indicam que a marginalização dos não-brancos da representação não pode ser atribuída exclusivamente a deficiências de recrutamento de candidaturas.

Palavras-chave:raça; cor; eleições; recrutamento; partidos políticos.

INTRODUÇÃO

Não é preciso ser um observador atento da política brasileira para perceber que ela é feita basicamente por homens brancos¹. Uma rápida mirada pelos noticiários jornalísticos já é capaz de indicar o quanto negros estão alijados da representação e dos demais postos de poder. É verdade que sub-representação política não é uma exclusividade dos negros. A política brasileira não é apenas branca, mas também masculina. Porém, medidas que visam corrigir a sub-representação das mulheres nos legislativos, por exemplo, já estão na pauta de debate político há algum tempo, enquanto o mesmo não pode ser dito sobre os negros.

Talvez por isso, tenha causado surpresa a proposta de cotas legislativas para negros, aventada no bojo da reforma política sugerida pela presidenta Dilma Rousseff como resposta às manifestações de junho de 2013. De autoria dos deputados Luiz Alberto (PT-BA) e Luiz Paulo Cunha (PT-SP), o Projeto de Emenda Constitucional 116 de 2011 propõe um sistema de voto plural, em que cada eleitor teria de escolher dois candidatos nas eleições legislativas: um candidato dentre aqueles autodeclarados negros e outro candidato concorrente no sistema universal. Ao fim do pleito, os candidatos negros mais votados preencheriam vagas reservadas no legislativo, sempre na proporção de dois terços da população negra total do país, segundo o IBGE².

Comparando a tramitação da PEC 116/2011 com sua repercussão na imprensa, é possível dizer que o projeto suscitou mais polêmica do que apoio (BRAGA, 2013; CARDOSO, 2013; FALCÃO, 2013; MAGNOLI, 2013). As reações ao projeto têm diferentes motivações. Em um país cujo projeto nacional esteve historicamente ligado à ideia de democracia racial e ao elogio da miscigenação, qualquer estratégia política que dependa da diferenciação entre brancos e negros é polêmica. Vide a controvérsia suscitada pelas cotas raciais no ensino superior brasileiro, polêmica pública que já dura mais de dez anos e que envolveu os mais importantes setores da política, da academia e da sociedade como um todo.

Ademais, as políticas que visam aumentar a representatividade de grupos na representação política são, elas próprias, difíceis de serem justificadas apelando exclusivamente para os princípios básicos da democracia liberal. Como destacou

¹ Essa pesquisa não teria sido possível sem o apoio técnico e intelectual de Thyago Simas de Oliveira que desenhou as ferramentas informáticas necessárias a sua consecução. Agradeço também a Isadora Lopes Harvey, Victor Ramos, Bruno Viggiano e Leandro Guedes que contribuíram voluntariamente classificando as fotos dos candidatos.

² O inteiro teor da proposta pode ser consultado aqui:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=529275>

Hannah Pitkin em seu estudo seminal sobre o conceito, a ideia de uma representação descritiva, em que o corpo de representantes é avaliado pela sua semelhança com o corpo de cidadãos, contradiz algumas premissas da própria ideia de representação política (PITKIN, 1967).

Mas para além dessas questões, é preciso destacar que pouco se sabe sobre os mecanismos sociológicos e institucionais que tornam a política nacional um espaço dominado por brancos. Não se sabe sequer em que fase da carreira política os negros são afastados da representação. A sub-representação política desse grupo pode ser explicada por uma miríade de fatores, relacionados não apenas às escolhas eleitorais dos cidadãos, mas também a problemas no recrutamento dos quadros partidários. Se negros enfrentam dificuldades de se lançarem candidatos porque as legendas estão fechadas para eles, sua sub-representação política não pode ser atribuída à decisão dos eleitores.

O objetivo deste trabalho é discutir em que medida a sub-representação política dos pretos e pardos no Brasil pode ser atribuída ao tratamento desigual que eles recebem quando os partidos políticos nacionais formam suas listas eleitorais. A partir de um levantamento sobre a cor dos candidatos a vereador nas eleições ocorridas em 2012 nos dois maiores municípios brasileiros – São Paulo e Rio de Janeiro – tenta-se estabelecer até que ponto os critérios de recrutamento de candidaturas variam de partido para partido e como tais critérios influenciam na sub-representação dos negros.

Embora já existam pesquisas que buscam dimensionar a sub-representação política dos negros, elas costumam se focar no topo da pirâmide, isto é, na presença ou ausência desse contingente no legislativo federal (cf. JOHNSON III, 1998; PAIXÃO; CARVANO, 2008; UNINEGRO, 2011). Tal enfoque perde de vista que a marginalização dos negros em relação à política provavelmente ocorre nas partes mais baixas da carreira política. Como os estudos de recrutamento político vêm chamando a atenção (p. ex. NORRIS, 1997; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009), aqueles que conseguem se eleger deputados federais ou senadores já passaram por incontáveis filtros políticos e, por isso, é difícil localizar a partir deles quais desses filtros têm mais impacto na sub-representação dos negros. Logo, a opção feita aqui pelas eleições para vereador se justifica porque elas são a etapa inicial da carreira política.

Diante da carência de registros oficiais sobre a cor autodeclarada dos candidatos, optou-se por submeter as quase três mil fotos obtidas no site do TSE à classificação de uma equipe de pesquisadores. Isso justifica em parte a opção por operar com apenas dois municípios brasileiros. Trabalhar com as fotos de todos os candidatos a vereador no Brasil ou em um estado da federação dificultaria sobremaneira a classificação.

Analogamente, optar por uma análise por amostragem dificultaria sobremaneira a construção de inferências sobre dinâmicas partidárias, haja vista que as dinâmicas partidárias variam bastante de acordo com as regiões do país.

Finalmente, há que se destacar a importância de São Paulo e Rio de Janeiro, não apenas enquanto polos econômicos do país, mas também como municípios idiossincráticos para o estudo da relação entre negros e o poder. Além de ser a antessala da política nacional, São Paulo se distingue também por possuir elites políticas altamente diversificadas do ponto de vista socioeconômico. Justamente por isso, os dados obtidos permitem entender até que ponto a sub-representação dos negros na política pode ser vista como um epifenômeno das desigualdades de classe. Já o município do Rio de Janeiro é particularmente relevante para a compreensão dessas dinâmicas. Sociologicamente, trata-se do segundo município com maior proporção de não-brancos do país. Politicamente, o Rio de Janeiro foi o palco da articulação de um setor importante do movimento negro brasileiro e, também, de construção de ideologias políticas voltadas para os não-brancos, como foi o caso do trabalhismo varguista e seu herdeiro moderno, o socialismo moreno empunhado pelo Partido Democrático Trabalhista. Ademais, a quantidade de partidos competitivos no Rio é alta, o que permite entender melhor as particularidades de cada um deles.

O que se segue está dividido em cinco partes. Na primeira delas, discuto em que medida a sub-representação dos negros na política pode ser vista como um déficit democrático. Em seguida, resenho os principais trabalhos sobre os negros e as eleições com o objetivo de mostrar que tal bibliografia costuma se centrar mais na demanda dos eleitores do que na oferta partidária de candidatos. A terceira seção esclarece as escolhas metodológicas feitas pelo estudo. Na quarta parte, discuto os resultados obtidos para, na quinta seção, delinear algumas conclusões gerais.

O NEGRO E A POLÍTICA

Ainda que as pesquisas sobre a relação entre negros e política sejam relativamente raras (OLIVEIRA, 2002), desde a década 1980 são feitos levantamentos que buscam dimensionar a sub-representação deles na política. De acordo com Olie Johnson III, o percentual de negros na Câmara dos Deputados entre 1983 e 1987 foi de 0,84%; pulou para 2,05% entre 1987-1991 e atingiu 2,92% entre 1995 e 1999 (JOHNSON III, 1998, p. 103). Atualizando esses dados para o período entre 2007 e 2008, o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatística das Relações Raciais (LAESER) concluiu que dos 513 deputados federais eleitos em 2006,

11 eram pretos e 35 pardos, perfazendo um conjunto de 8,9% de não-brancos no total (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 148). Já a ONG Uninegro considerou que em 2010, o Congresso Nacional continha “43 deputados e deputadas negros, chegando ao índice de 8,5% de negros no Parlamento brasileiro” (UNINEGRO, 2011).

Se mais da metade dos brasileiros se declarou preta ou parda no último censo de 2010³, fica evidente a sub-representação dos negros no parlamento. Ainda que seja possível colocar em dúvida os métodos de classificação racial utilizados nos estudos supracitados⁴, em todos os casos o percentual de não-brancos na representação é irrisório quando comparado ao percentual de não-brancos na população como um todo.

Mas apesar desse déficit de representação descritiva, é preciso questionar por que a sub-representação dos negros deve ser encarada como um problema político. Em vários aspectos, a adoção de mecanismos eleitorais para garantir a representação de grupos contraria cânones importantes da democracia liberal. Um dos pressupostos da democracia eleitoral é o princípio utilitarista de que cada cidadão é o melhor juiz dos seus interesses. Desse ponto de vista, regras que visem redistribuir votos de modo a facilitar a ascensão política dos membros de alguns grupos seriam contrárias à decisão de cada eleitor (MIGUEL, 2000).

A crítica à representação de grupos não está restrita aos defensores de uma concepção estritamente utilitária da representação política. Hannah Pitkin (1967), por exemplo, é uma autora que dedicou sua obra mais importante à ampliação do sentido da ideia de representação política, distanciando-se, assim, dos significados tradicionais atribuídos ao termo. Porém, isso não a impediu de criticar as concepções que defendem que um corpo de representantes só é verdadeiramente democrático quando espelha ou reflete o corpo de cidadãos. Para ela, essas concepções dão tanta importância às semelhanças entre representados e representantes que o modo como esses últimos agem fica em segundo plano (PITKIN, 1967, p. 226). A persecução da vontade popular deixa de ser vista como um problema de ação política para ser reduzida a uma questão de similitude identitária. Dessa ótica, a amostragem aleatória seria um método muito mais eficaz para compor um corpo de representantes do que as eleições (PITKIN, 1967, p. 226).

No entanto, as críticas de Pitkin incentivaram todo um conjunto de autoras e autores a produzirem justificativas para a representação de grupos que fossem além da

³ Cf. <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

⁴ O LAESER utiliza tradicionalmente a heteroclassificação das fotos dos parlamentares, enquanto a ONG Uninegro opta pela autoclassificação. Já Johnson III não deixa claro qual método utilizou.

ideia de uma representação descritiva. Para Anne Phillips, por exemplo, a representação de grupos seria importante para desconstruir estereótipos identitários; para permitir modalidade de agregação de agenda para além dos partidos políticos; para proteger grupos politicamente excluídos e, por isso, socialmente mais vulneráveis; e para a pluralização da agenda política (PHILLIPS, 1995, p. 39). Ademais, ela parte do pressuposto de que nenhuma sociedade pode se dizer realmente democrática se exclui sistematicamente determinados grupos da política. Logo, medidas para incluir grupos na representação são exigências de uma sociedade que se pretende igualitária em suas oportunidades (PHILLIPS, 1991). Jane Mansbridge, por seu turno, considera que uma representação especial para grupos se torna mais justificável em contextos sociais em que há uma crise de confiança entre eleitos e eleitores de um grupo sub-representado; clivagens políticas tradicionais entram em crise e interesses se tornam imprecisos; há um contexto histórico que atribui a um dado grupo uma inabilidade intrínseca para o governo; ou quando a deliberação sobre políticas para grupos perdem legitimidade por não incorporarem tais grupos no debate (MANSBRIDGE, 1999).

Segundo Will Kymlicka, políticas específicas para colocar grupos no parlamento não partem necessariamente do entendimento de que a representação deve espelhar a sociedade. Trata-se, antes de permitir que grupos sistematicamente discriminados possam ascender à política, seja como meio de denúncia dessa discriminação, seja como forma de romper as barreiras colocadas a eles e que tem reflexos políticos (KYMLICKA, 1995, p. 141). Já Iris Marion Young insiste que nenhuma deliberação pública pode se dizer democrática se ela exclui perspectivas sociais oprimidas e se essa exclusão contribui para reforçar tal silenciamento (YOUNG, 2000). Tal argumento se aproxima daquele esposado por Melissa Williams, para quem a representação especial é uma forma de dar voz a grupos marginalizados, aumentar a confiança entre representantes e representados e, finalmente, recuperar a memória das discriminações que eles sofreram (WILLIAMS, 2000).

Todavia, tais justificações costumam esbarrar em dois problemas fundamentais. De um lado, a ênfase nas chamadas “políticas de presença” para grupos marginais tende a colocar em segundo plano a importância de uma “política de ideias” (PHILLIPS, 1995), o que pode ameaçar a autonomia dos eleitores em terem suas escolhas respeitadas, a autonomia dos representantes em suas ações e, sobretudo, ameaçar as relações de *accountability* entre eles. Do outro lado, os defensores das políticas de presença sempre têm de lidar com o risco de uma essencialização das clivagens identitárias (cf. PHILLIPS, 2007; YOUNG, 2000, p. 87-102), já que a inclusão de

grupos marginais depende de uma oficialização e congelamento das identidades culturais.

A consciência desses riscos tem feito com que os defensores das políticas de presença considerem com mais atenção o papel desempenhado pelos partidos políticos na inclusão de grupos marginalizados. Ademais, a multiplicação de trabalhos em torno do recrutamento de candidaturas tem contribuído para uma compreensão mais fina dos reais motivos da sub-representação política de determinados grupos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995). Por conta disso, medidas que garantam uma dada composição das listas partidárias ou mecanismos internos aos partidos de seleção de seus candidatos têm substituído o lugar outrora ocupado pelas cotas parlamentares (HTUN, 2004). Frequentemente, essa reorientação tem a vantagem de contornar os problemas supracitados e, sobretudo, atuar nos filtros que de fato excluem tais grupos da representação. Em contextos nos quais a sub-representação de um dado grupo não reflete as preferências enviesadas dos eleitores, diversificar a oferta de candidaturas pode ser suficiente para garantir a representação de determinados grupos sem violar a autonomia dos eleitores.

A bibliografia sobre raça e eleições no Brasil está basicamente concentrada na existência ou não de uma orientação étnica no sufrágio. Diferentes autores buscaram estabelecer em que medida não-brancos tendem a votar em candidatos de uma dada cor ideológica ou em candidatos da mesma cor que eles. Embora haja uma grande confluência nos resultados desses estudos, os dados que eles mobilizam não são conclusivos. Ademais, tal literatura tem focado nas preferências dos eleitores, deixando em um segundo plano a oferta de candidaturas, elemento fundamental para a compreensão da sub-representação dos negros.

O NEGRO E AS ELEIÇÕES

Ainda que seja frequente encontrar nas obras dos sociólogos e antropólogos das relações raciais brasileiras hipóteses sobre a relação dos negros com a política (OLIVEIRA, 2002), é somente a partir da década de 1960 que surgem estudos dedicados exclusivamente à relação entre raça e eleições. Apesar da pluralidade de abordagens metodológicas e interesses de pesquisa, subjaz a essa literatura uma indagação comum, passível de ser genericamente formulada da seguinte maneira: em que medida as clivagens raciais existentes no Brasil se relacionam com preferências identitárias ou ideológico-políticas? De modo geral, tais estudos buscam estabelecer até

que ponto existe uma correlação entre as preferências dos eleitores por determinados candidatos, partidos, ideologias etc. e o modo como eles se percebem ou são percebidos em termos raciais.

Tal correlação já era considerada relevante no trabalho pioneiro de Amaury de Souza (1971) sobre a interface entre raça e política no Brasil urbano. Mesmo reconhecendo os esforços históricos empreendidos pela elite nacional para conter a ascensão social dos escravos e impedir a formação de uma identidade grupal entre eles, Souza acreditava que a raça era um fator interveniente importante para a explicação de determinados comportamentos políticos (SOUZA, 1971, p. 62-67). Isso se confirmava a seu ver em um *survey* realizado em 1960, com uma amostra representativa dos eleitores da cidade do Rio de Janeiro, em que há uma constante preferência do eleitorado negro pelos candidatos trabalhistas. Para ele, isso se explicava parcialmente pela adesão da população negra ao varguismo, adesão esta motivada não apenas pela melhoria das condições de vida da população negra durante a era Vargas, mas também pelo fato de o trabalhismo tratar o negro como símbolo da emergente noção de “povo brasileiro” (SOUZA, 1971, p. 64).

Em um estudo realizado quase quinze anos depois, já no contexto de redemocratização do país, Glaucio Ary Dillon Soares e Nelson do Valle Silva defendem que a preferência dos eleitores não-brancos pelo trabalhismo permanecia, ainda que sob novas roupagens partidárias e ideológicas (1985, p. 258). Para testar essa hipótese, Soares e Silva comparam a votação recebida por Leonel Brizola nas eleições de 1982 em toda região metropolitana do Rio de Janeiro nas eleições de 1982, com dados ecológicos sobre o perfil dos eleitores desses municípios segundo o censo de 1980 (SOARES; SILVA, 1985, p. 280). Tal comparação importa não apenas porque Brizola era, naquela ocasião, o herdeiro autorreivindicado do petebismo, mas também porque o contexto político adverso o obrigara a reformular seu discurso trabalhista. Apelidado por Darcy Ribeiro de “Socialismo Moreno”, esse novo trabalhismo buscava, sobretudo, adaptar as premissas ideológicas do socialismo europeu às idiossincrasias da sociedade brasileira (SENTO-SÉ, 2004) e, em segundo plano, matizar o foco marxista na dominação de classes para incorporar ao discurso político a opressão sofrida pelos não-brancos (SOARES; SILVA, 1985, p. 256). Esse discurso permitiu, dentre outras coisas, que o PDT mantivesse algum compromisso com o socialismo, mas incorporasse em suas listas eleitorais duas importantes lideranças de movimentos étnico-raciais: o líder indígena Mário Juruna e o militante histórico do movimento negro Abdias do Nascimento, ambos eleitos em 1982 para a Câmara dos Deputados Federais.

Comparando votação e dados ecológicos, Soares e Silva concluem que há uma correlação relevante entre a preponderância de não-brancos em municípios da região metropolitana e a vitória de Brizola nesses municípios (SOARES; SILVA, 1985, p. 269). Há que se destacar, contudo, que as limitações intrínsecas aos dados utilizados por Souza, Soares e Silva tornam tais conclusões tentativas, como os próprios autores reconhecem. Quando observamos os estudos mais recentes, porém, não é possível perceber uma confluência tão grande nas conclusões. Enquanto autores como Mônica Castro(1993),Reginaldo Prandi(1996)e Gladys Mitchel(2009)acreditam que não-brancos permanecem tendo comportamento eleitoral específico,Elza Berquó e Luis Felipe Alencastro (1992)mostram limites dessa hipótese, enquanto Bueno e Dunning(2013)defendem que tal comportamento é demasiadoresidual.

Aplicando um conjunto de regressões logísticas a dados de um *surveys*sobre opções eleitorais em cinco municípios de cinco unidades federativas distintas, Mônica Mata de Castro buscou estabelecer o peso relativo da raça de cada entrevistado no seu comportamento político. Além de levar em conta a suposta preferência dos não-brancos por candidatos de esquerda e/ou mais “populistas”, Castro levou em consideração também a proporção de eleitores que planejavam votar em branco ou nulo nas eleições do período. Ela conclui que embora “o contexto socioeconômico [seja] mais ou menos central” no comportamento eleitoral dos entrevistados, “o efeito raça é (...) ambíguo: pretos e pardos se alienam mais que os brancos mas, quando decidem participar do processo eleitoral, escolhem em proporção relativamente maior os candidatos de esquerda” (CASTRO, 1993, p. 483). Porém, se ser não-branco aumenta a probabilidade de um comportamento radicalista, isso está longe de implicar uma etnização do voto, pois implica também em maior alienação eleitoral (CASTRO, 1993, p. 485).

Também trabalhando com os dados de um *surveys*sobre as intenções de voto para presidente em 1994, realizado pelo Instituto Datafolha, Reginaldo Prandi assevera que houve nesse pleito uma “clara tendência do eleitorado preto e pardo para votar preferencialmente em Luiz Inácio Lula da Silva” (PRANDI, 1996). Mesmo isolando variáveis como classe, escolaridade e idade, a vantagem de Lula aumenta nos estratos não-brancos, enquanto Fernando Henrique Cardoso obtinha mais votos nos estratos brancos. Tal vantagem de Lula dentre os não-brancos não é tão intensa em termos estatísticos, mas constante nos diferentes coortes analisados por Prandi. Por isso, o autor não acredita que tal viés expresse um “voto étnico à esquerda”, mas sim um voto de protesto, através do qual as populações negras “tenham tido, pelo voto em Lula, a

possibilidade de expressar uma dimensão de sua identidade, na qual a exteriorização da discordância e o protesto têm um lugar importante”(PRANDI, 1996).

Contudo, também trabalhando com dados de um levantamento do Instituto Datafolha, Elza Berquó e Luiz Felipe de Alencastro (1992) acreditam haver indícios fortes de emergência do voto étnico dentre os negros em São Paulo, sobretudo dentre “os mulatos de mais baixa escolaridade”. Porém, eles não detectaram o mesmo comportamento no Espírito Santo, outro estado incluído no levantamento. Embora reconheçam que os dados dos dois estados são inconclusivos para avaliar a pervasividade do voto étnico em nível nacional, os autores creem haver uma tendência ao seu fortalecimento (BERQUÓ; ALENCASTRO, 1992, p. 86).

Gladys Mitchell (2009), por seu turno, desloca esse debate em torno da existência de um viés ideológico no voto étnico ao focar na relação entre cor/raça autodeclarada do eleitor e sua preferência por candidatos negros. Para ela, tão importante quanto avaliar se não-brancos preferem candidatos de esquerda ou de oposição é indagar se os subgrupos que compõem esse agregado tendem a votar em negros. Por isso, ela se baseia em um *survey* com eleitores de diferentes bairros de Salvador e São Paulo em que eles eram questionados sobre sua identificação racial e se já votaram em candidatos negros. A partir desses dados, Mitchell conclui que “à medida que as cores se tornam mais escuras, ou à medida que a identificação pela cor se move do branco ao negro no espectro das cores, aumenta a estimativa de probabilidade de que um afrobrasileiro em Salvador e São Paulo vote em um candidato negro” (MITCHELL, 2009, p. 294). Segundo ela, tal propensão tende a aumentar à medida que esses “afro-brasileiros” sobem na hierarquia social e que se engajam mais fortemente à militância identitária (MITCHELL, 2009, p. 301).

Contudo, um estudo bem mais recente parece se contrapor a essas previsões de fortalecimento do voto étnico. Utilizando diferentes métodos de pesquisa, Natália Bueno e ThadDunning(2013) tentam determinar quais elementos melhor explicam a sub-representação política dos negros no Brasil. A partir da heteroclassificação das fotos de uma amostra com 5.000 candidatos a diferentes cargos nas eleições de 2010, os autores percebem que a ausência dos negros da política não pode ser atribuída exclusivamente a um viés no recrutamento das candidaturas(2013, p. 6). Para testar em que medida eles são filtrados, então, pelas decisões dos eleitores, Bueno e Dunning realizam um complexo estudo experimental em que demandam a uma amostra de eleitores que escolham qual candidato mais votável em um programa eleitoral televisivo ficcional. As características dos candidatos fictícios são meticulosamente manipuladas

com o objetivo de saber se candidatos não-brancos têm menor apelo que equivalentes brancos. Porém, os autores não perceberam com tal experimento nenhuma preferência significativa por candidatos brancos (BUENO; DUNNING, 2013, p. 34). Ao que parece, o único viés estatisticamente relevante e capaz de explicar o que filtra os candidatos negros “pode estar a desigualdades de recursos entre políticos brancos e não-brancos” (BUENO; DUNNING, 2013, p. 47), já que os dados do TSE sugerem que “candidatos brancos recebem mais contribuições de campanha do que não-brancos” (BUENO; DUNNING, 2013, p. 45).

O trabalho de Bueno e Dunning é um dos poucos que tentam explicar a sub-representação dos negros de forma múltipla, recorrendo a diferentes tipos de pesquisa para testar hipóteses distintas. Contudo, as dificuldades do experimento desenhado pelos autores e, sobretudo, a opção pela amostragem os impedem de perceber o papel que as dinâmicas partidárias podem ter na sub-representação dos negros na política. Vale notar que a própria distribuição desigual de recursos de campanhas, apontada por Bueno e Dunning como possível variável explicativa, sugere que as dinâmicas intra e interpartidárias podem ter grande relevância na sub-representação dos negros na política.

De modo geral, um problema dessa literatura é o fato de ela focar mais na verificação de um viés étnico na demanda dos eleitores do que na oferta de candidaturas. Como vários autores têm sugerido, parece haver não apenas uma orientação ideológica no comportamento eleitoral dos negros, mas também uma maior abertura de determinados partidos às candidaturas desses grupos. Cloves Oliveira percebeu em uma pesquisa sobre as eleições para vereadores em Salvador uma preponderância de candidatos negros nos partidos de esquerda e mais identificados com o trabalhismo (OLIVEIRA, 1991, p. 98). A partir de entrevistas com dirigentes políticos, Meneguello, Mano e Gorski (2012) destacam não apenas a maior centralidade que partidos de esquerda dão à presença de negros em suas listas, mas também a maior facilidade que eles têm em recrutar esses contingentes nos movimentos sociais.

Logo, é preciso avaliar de forma mais sistemática a existência de um viés racial no recrutamento de candidaturas pelos partidos nacionais. Sobretudo porque as dinâmicas partidárias parecem ter grande peso na sub-representação política de grupos. Sem excluir de antemão a existência de vieses raciais nas escolhas dos eleitores, o objetivo deste trabalho é avaliar em que medida há um viés racial no modo como o sistema partidário brasileiro lida com as candidaturas. Isso envolve não apenas uma investigação em torno da maior ou menor proporção de candidatos não-brancos, como

fazem Bueno e Dunning(2013), mas também uma avaliação da distribuição desses candidatos em diferentes legendas, com chances maiores ou menores de sucesso eleitoral. Investigar essa dimensão é importante aliás para determinar em que medida há uma maior sensibilidade para a questão racial nos partidos ditos de esquerda ou socialistas.

METODOLOGIA

O principal obstáculo para as pesquisas sobre raça e eleições está na ausência de dados sobre a cor autodeclarada dos candidatos e políticos brasileiros. Ao contrário do que ocorre com a variável gênero, devidamente indexada nos arquivos do TSE, a cor dos candidatos não é computada nos registros eleitorais. Logo, toda pesquisa sobre raça e eleições é obrigada a produzir esse dado. Normalmente, existem três opções mais comuns: a heteroclassificação, a autoclassificação e métodos mistos.

Em pesquisas como as feitas por Meneguello et. alli. (2012), opta-se pela cor autodeclarada pelos políticos. Nesses casos, os pesquisadores costumam entrar contato diretamente com os políticos incluídos no recorte e os questionam sobre como eles se classificam. Como todos os outros, este método apresenta vantagens e desvantagens. A principal vantagem é respeitar as normatizações internacionais que recomendam a autoclassificação como meio de delineamento de fronteiras identitárias, já que isso viabiliza pesquisas sobre pertencimentos grupais sem desconsiderar a autonomia dos indivíduos. Ademais, a autoclassificação torna os levantamentos sobre os políticos comparáveis aos dados produzidos pelo IBGE, que também adota a autoclassificação.

Por outro lado, a autoclassificação tem problemas. Em primeiro lugar, quase nunca é possível obter informações sobre todos os políticos incluídos num dado recorte dadas as dificuldades de acesso a esse grupo. Em segundo lugar, é preciso lembrar também que muitos políticos se recusam a responder tal questão. Embora as pesquisas do IBGE tenham de lidar também com recusas desse tipo, elas adquirem outro significado nas pesquisas com políticos. A politização da questão racial no Brasil tem criado resistências em alguns setores políticos. Por isso, seus membros costumam se recusar a adotar uma dada distinção racial.

Uma alternativa intermediária é recorrer às burocracias dos partidos ou das instituições estatais em busca de dados secundários, como faz ClovesOliveira(1991). Não obstante essa estratégia contorne as dificuldades de acessar determinados políticos, ou mesmo suas resistências pessoais, ela coloca todos os problemas relativos à arbitrariedade dos dados fornecidos, que dificilmente podem ter sua validade testada.

Diante disso, uma alternativa cada vez mais utilizada é a heteroclassificação, em que fotos dos candidatos são submetidas à avaliação de outras pessoas (BUENO; DUNNING, 2013). Por razões evidentes, tal método suscita inúmeros problemas. Além de questões éticas (nem sempre alguém classificado como branco se enxerga como branco), existe toda uma série de problemas relacionados à comparação com os dados levantados pelo IBGE. Ademais, em um país com classificações raciais fluidas, é difícil crer que a heteroclassificação forneça dados estáveis e válidos.

Por outro lado, a heteroclassificação apresenta vantagens importantes. Em primeiro lugar, ela capta como determinados políticos *tendem* a ser classificados pelos outros. Para muitos dos fins desta pesquisa, importa mais saber se determinados indivíduos têm menos chances de ascensão política por serem tendencialmente vistos como pretos e pardos. Se entendemos que raça é um conceito sociológico e não biológico (GUIMARÃES, 2003), percebemos que “negro” não é quem possui marcas objetivas de negritude, mas quem tende a ser classificado como tal pelos outros por conta dessas marcas. Logo, tanto dados baseados na autodeclaração quanto na heteroclassificação podem ser criticados metodologicamente. Em segundo lugar, diferentes pesquisas têm demonstrado uma grande correlação entre o modo como as pessoas se autodeclaram racialmente e são percebidas pelos outros (MUNIZ, 2012; PRANDI, 1996; SILVA, 1999), o que relativiza a ideia de que as classificações raciais aqui são arbitrárias ou contingentes. Em terceiro lugar, o problema da fluidez do modelo de classificação racial brasileiro pode ser contornado pela heteroclassificação múltipla, em que várias pessoas classificam as mesmas fotos. A partir disso, podemos não apenas produzir dados mais confiáveis, mas também medir a fluidez do nosso sistema classificatório.

Sendo assim, os dados que se seguem se referem ao modo como uma equipe de classificadores atribuiu uma cor aos candidatos a vereador em 2012 nas duas maiores metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Usamos as três principais categorias empregadas pelo IBGE (branco, pardo e preto), ignorando as categorias residuais (amarelo e indígena), as quais costumam congrega menos de 2% da população das regiões pesquisadas. Seguindo uma operação já costumeira na bibliografia especializada, fundimos os candidatos classificados como pardos e pretos na categoria “não-brancos”. Isso se justifica não apenas porque os percentuais de heteroclassificados pretos costumam ser baixos, mas também porque as pesquisas da área tendem a mostrar uma alta proximidade em termos demográficos entre pretos e pardos.

Ao todo, foram obtidas no site do TSE 2.733⁵, das quais 1.596 são de candidatos a vereador no município do Rio de Janeiro e 1.137 da cidade de São Paulo. Todas foram submetidas à classificação de quatro pesquisadores. Embora todos os classificadores pertençam ao meio acadêmico e possuam um perfil socioeconômico similar, o que pode sugerir um “viés classificatório”, é fundamental lembrar que não se pretende com tal classificação estabelecer objetivamente qual a cor dos candidatos. A validade da heteroclassificação múltipla tem de ser avaliada pragmaticamente: se o modo como os candidatos foram classificados acompanhar desigualdades estatisticamente relevantes, isso por si só já sugere que tais classificações indicam algo. Isto é, embora não saibamos se o preto ou pardo que é classificado por outros se percebem assim ou se são percebidos como tais pela sociedade em geral, o fato de eles experimentarem desigualdades de forma específica já pode ser visto como um indício da validade dessas classificações.

A Tabela 1 contém as concordâncias entre as classificações obtidas. Em mais da metade dos casos (62,9%), houve unanimidade classificatória, isto é, todos os quatro classificadores concordaram. Em um quarto dos casos (25%), houve uma alta coincidência nas classificações, já que apenas um classificador optou por uma cor diferente dos outros três. Em apenas 12,1% dos casos houve empate. Diante disso, optou-se por considerar como a cor do candidato aquela que foi classificada pela maioria dos codificadores. Como os casos em que houve empate não são estatisticamente relevantes, eles foram submetidos ao julgamento de um quinto pesquisador incumbido de desempatar a classificação.

Tabela 1 **Concordâncias entre as classificações binárias (branco e não-branco)**

	N	%
Concordância total (4x0)	1.718	62,9
Concordância alta (3x1)	683	25
Concordância baixa (2x2)	332	12,1
Total	2.733	100

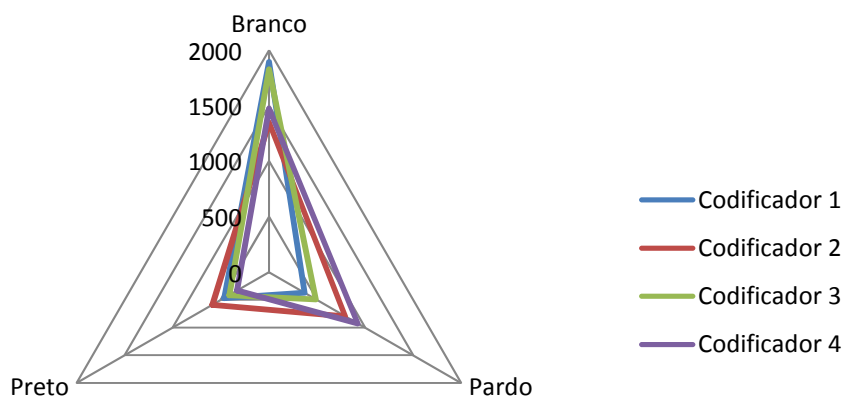
Fonte: o autor.

O Gráfico 1 mostra como as classificações se sobrepõem. Ele contém os radares com o número de candidatos classificados em cada uma das três cores para cada codificador. Afora uma predileção dos codificadores 2 e 4 pela categoria pardo e dos

⁵ Trabalhamos apenas com as candidaturas deferidas em 26 de dezembro de 2013.

codificadores 1 e 3 pela categoria branco, os triângulos formados pelas linhas marginais aparecem razoavelmente sobrepostos no radar:

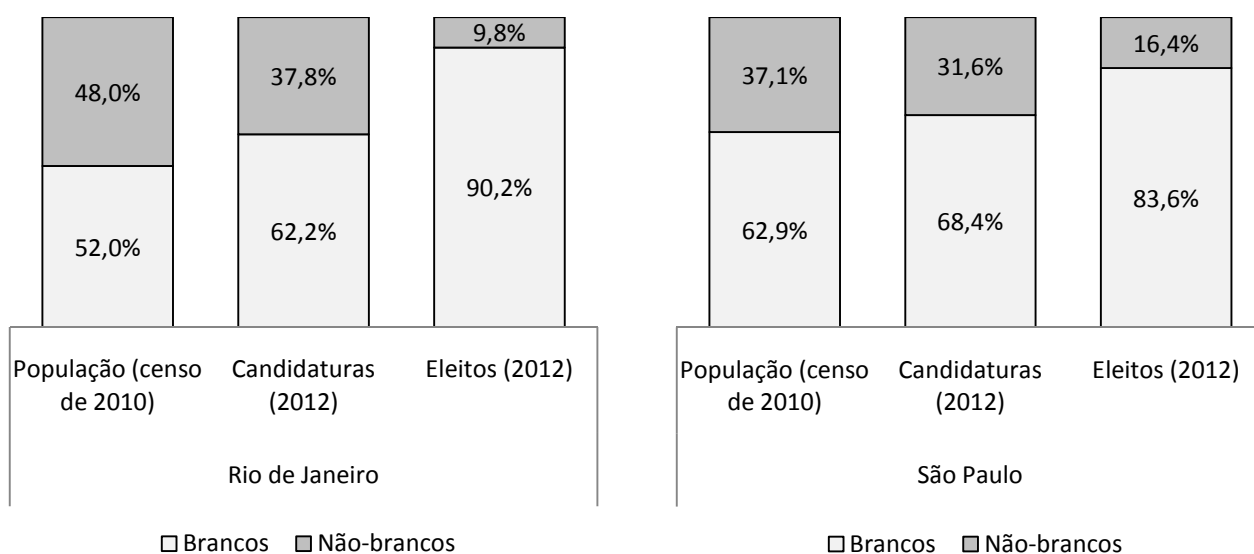
Gráfico 1 Radar com a distribuição das classificações de acordo com a cor atribuída ao candidato por cada codificador



RESULTADOS

O Gráfico 2 nos permite comparar a distribuição de cada um dos grupos de cor na população de cada município*, nas candidaturas ofertadas pelo conjunto de partidos que participou do pleito municipal de 2012 e dentre os eleitos nesse pleito**. É possível perceber que tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto no município de São Paulo, não há uma grande distância entre a proporção de não-brancos na população total e a proporção de não-brancos nas candidaturas. De acordo com o censo de 2010, o Rio de Janeiro possuía 48% de não-brancos* e São Paulo 37,1%. Em 2012, a proporção de candidatos não-brancos foi de 37,8% no Rio e 31,6% em São Paulo. A diferença é menor em São Paulo, mas ainda assim, não é tão significativa no Rio. De certo modo, esse dado é corroborado pela pesquisa de Bueno e Dunning(2013), que a partir de uma metodologia semelhante a empregada aqui chegaram a mesma conclusão.

Gráfico 2 Distribuição dos grupos de cor* na população dos municípios, candidaturas e eleitos para vereador em 2012**



Fonte: o autor a partir de dados do TSE e do IBGE.

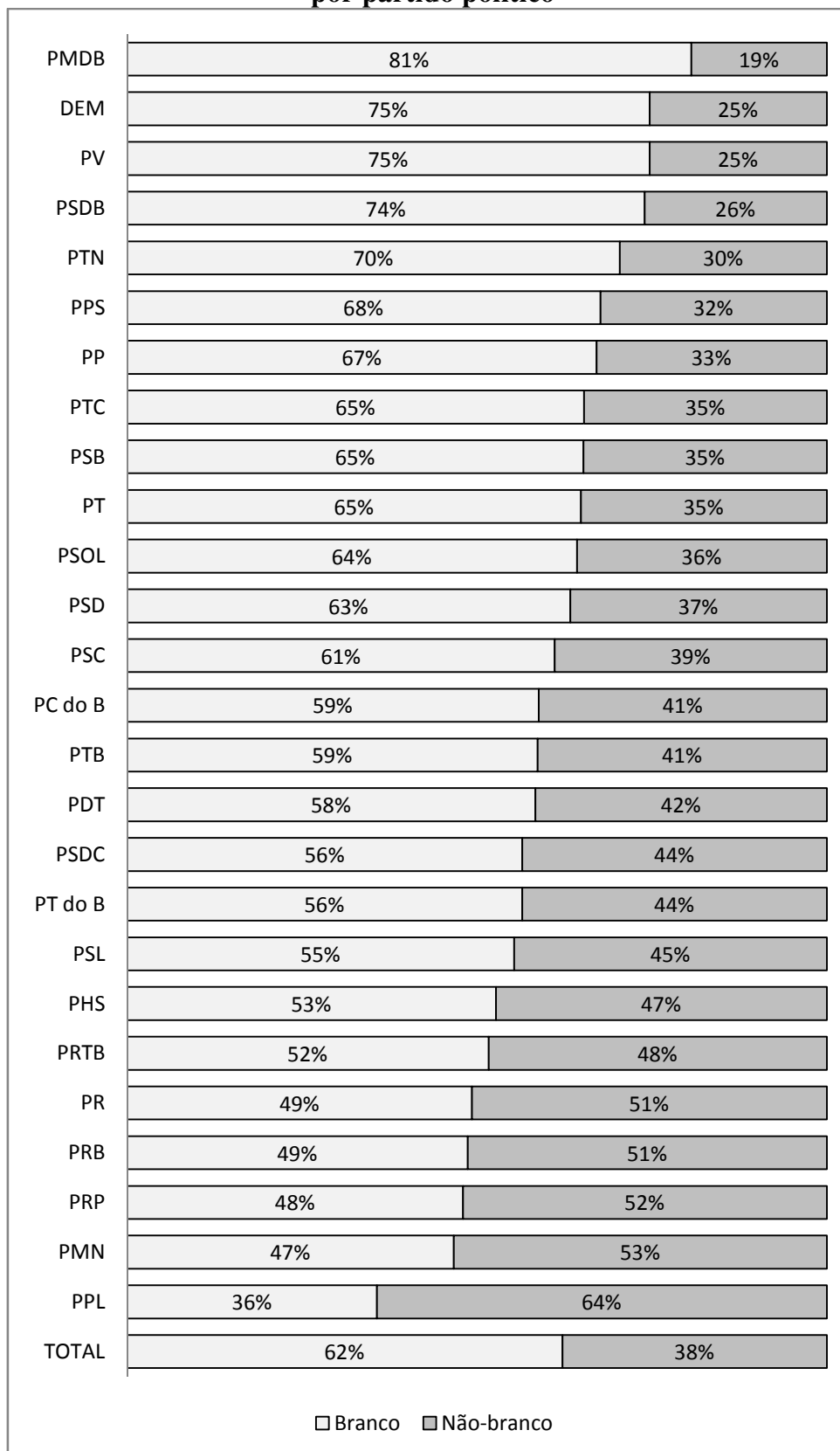
* Ao calcular a proporção de cada grupo de cor na população dos municípios, consideramos como “Brancos” todos os autodeclarados brancos e amarelos; e “Não-brancos” todos os autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

** Os eleitos englobam todos os candidatos eleitos por média ou por quociente eleitoral em dezembro de 2013.

Por outro lado, quando comparamos a proporção de não-brancos nas candidaturas com a proporção de não-brancos eleitos, o cenário muda. Os 37,8% de candidatos não-brancos do Rio de Janeiro se transformam em apenas 9,8% de eleitos. Embora menor, a discrepância em São Paulo ainda é grande, já que os 31,6% de candidatos não-brancos conseguiram ocupar apenas 16,4% das cadeiras da Câmara de Vereadores. Ao que parece, o principal filtro que afasta os não-brancos da representação não está propriamente na oferta de candidaturas, mas sobretudo nas chances eleitorais. Porém, esse dado deve ser lido com cautela. As câmaras de vereadores dos dois municípios são muito pequenas e dificultam qualquer generalização estatística. Ademais, estamos trabalhando apenas com os dados de uma eleição. Entender melhor a seletividade eleitoral dependeria de uma série histórica maior, que permitisse entender até que ponto as chances eleitorais de brancos e não-brancos permanecem constantes no tempo.

No entanto, ainda que a proporção de não-brancos nas candidaturas não esteja muito distante da proporção desse grupo na população de cada município, um fator importante é a desigualdade na distribuição desse grupo pelas listas dos diferentes partidos. O Gráfico 3 e o Gráfico 4 mostram percentual de brancos e não-brancos nas listas de cada partido no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente:

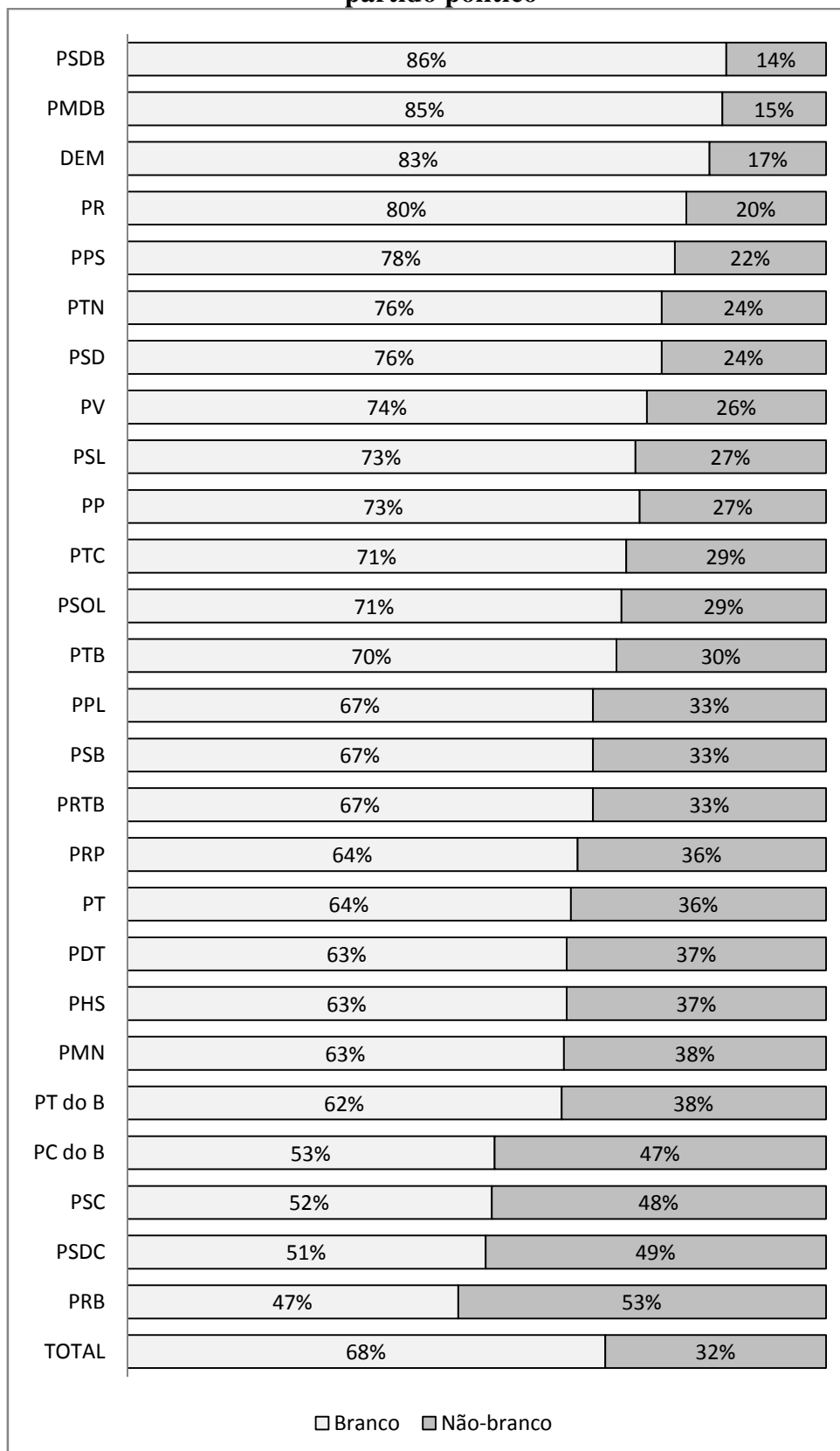
Gráfico 3 Candidaturas do Rio de Janeiro de acordo com a cor por partido político*



Fonte: o autor a partir de dados do TSE

* Para facilitar a exposição, excluímos dessa lista os partidos que lançaram menos de dez candidatos. São eles: PSTU, PCO e PCB.

Gráfico 4 Candidaturas de São Paulo de acordo com a cor por partido político*



Fonte: o autor a partir de dados do TSE

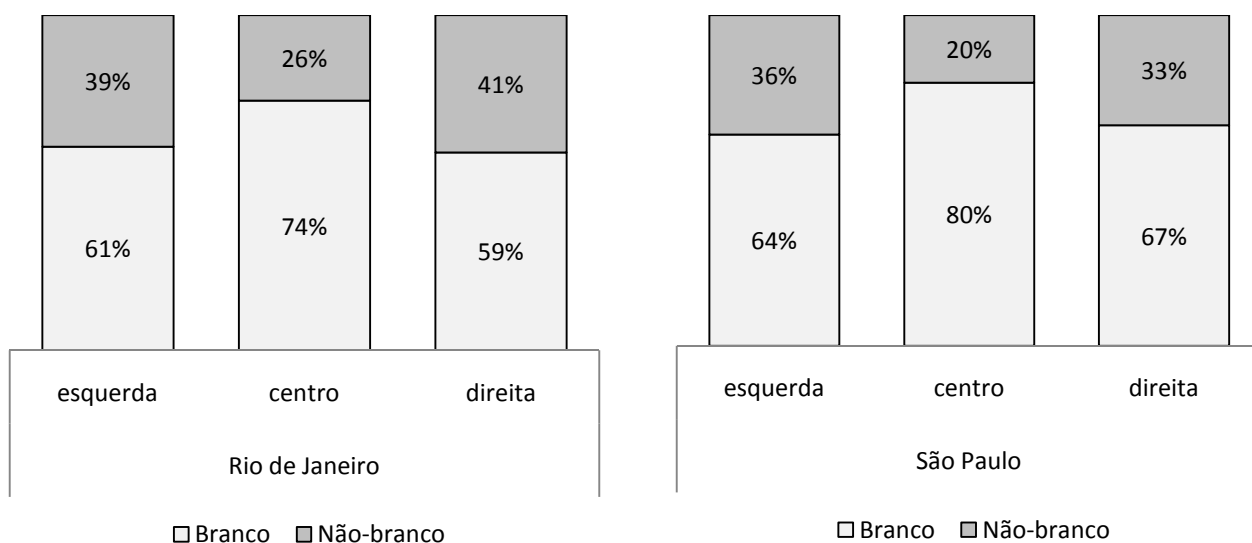
* Para facilitar a exposição, excluímos dessa lista os partidos que lançaram menos de dez candidatos. São eles: PSTU, PCO e PCB.

É possível notar que a participação de brancos nessas listas oscila bastante. No Rio, partidos como o PMDB lançaram mais de 80% de candidatos classificados como brancos, enquanto o PPL lançou mais de 60% de candidatos não-brancos. Em São Paulo, o campeão de candidaturas brancas foi o PSDB (86%) enquanto o PSL foi o que mais lançou candidatos não-brancos (73%).

De modo impressionista, já é possível detectar algumas tendências presentes no Gráfico 3 e no Gráfico 4. Em primeiro lugar, os partidos tradicionalmente classificados à esquerda do espectro político parecem lançar mais candidatos não-brancos nos dois municípios do que os partidos de direita. O mesmo acontece quando consideramos a distinção entre partidos grandes, com expressão nacional homogênea, de um lado, e partidos pequenos, com expressão local mais forte. Ao que parece, esses últimos tendem também a lançar mais candidatos não-brancos do que brancos.

A divisão dos partidos no espectro esquerda e direita sempre suscita controvérsia. Isso ocorre não apenas porque a definição do que é esquerda e direita se modificou bastante no decorrer da história, mas também porque tal distinção busca dividir em categorias discretas uma dimensão ideológica contínua. Portanto, trata-se de uma distinção ideal-típica que sempre refletirá algum grau de exagero, unilateralidade e arbitrariedade. Levando em conta as divisões já clássicas de Novaes (1994) e Kinzo(1993) e as ponderações mais recentes de Carreirão (2006), Miguel e Machado (2007), propomos uma divisão própria. Nesta, foram considerados como partidos de esquerda PT, PCdoB, PSOL, PHS, PDT, PSB, PMN, PSTU, PCB e PCO; de centro PMDB, PSDB, PV e PPS; e de direita DEM, PTB, PTN, PSDC, PRB, PTdoB, PSD, PR, PP, PRTB. PRP, PTC, PSC, PSL e PPL. Diante disso, o Gráfico 5 mostra a distribuição de brancos e não-brancos em cada um desses agregados ideológicos:

Gráfico 5 Distribuição dos grupos de cor nas candidaturas de acordo com a posição ideológica do partido



Fonte: o autor a partir de dados do TSE.

Como é possível perceber, não há uma grande distância na distribuição de candidatos por cor quando agregamos os dados de acordo com a distinção esquerda-centro-direita. Nos dois municípios, a maior abertura aos não-brancos em partidos de esquerda como PCdoB, PMN, PDT e PT é compensada pelo fato de muitos partidos pequenos de direita como PRB, PSDC, PSC etc. também lançarem muitos candidatos não-brancos. Logo, ao menos do ponto de vista das candidaturas, não é possível dizer que a esquerda confere no agregado mais espaço aos não-brancos em suas listas. Além disso, chama a atenção a sobre-representação de não-brancos nos partidos classificados aqui como de centro. As listas de partidos como PMDB, PSDB, PPS e PV foram dominadas por brancos, já que no Rio de Janeiro, 74% dos candidatos lançados pelos quatro foram classificados como brancos e em São Paulo, 80%.

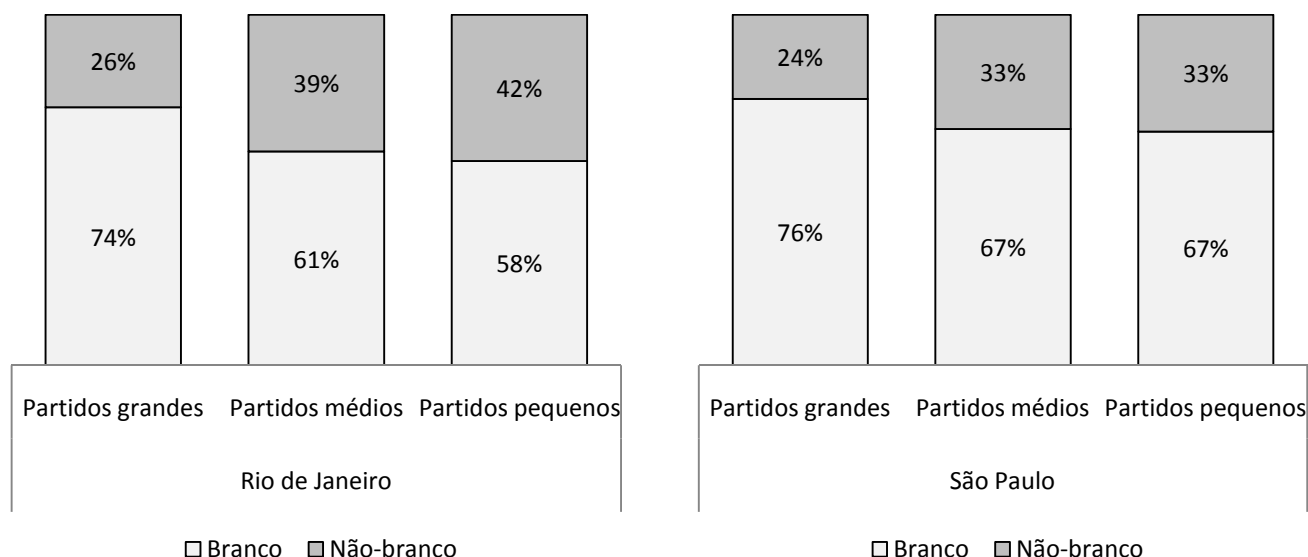
Tudo isso permite colocar em cheque a tese segundo a qual partidos de esquerda tendem a ser mais abertos a não-brancos do que a partidos de direita. Embora legendas como PCdoB, PT, PDT etc. de fato lancem mais candidatos não-brancos que seus principais concorrentes, essa tendência parece ser contrabalanceada pelo fato de que partidos de direita pequenos também o fazem.

Assim, é preciso investigar em que medida a distribuição dos candidatos de acordo com a cor não obedece a outra importante clivagem partidária: o tamanho das legendas. Essa variável parece importante na medida em que é de se esperar que partidos com menor capital político (com menos recursos, menos candidatos eleitos, mais jovens, menos votos etc.) tenham menos liberdade de escolha ou capacidade de

atração de candidatos. Por isso, à exceção de partidos com alto rigor disciplinar e ideológico, é possível supor que partidos pequenos tendam a estratégias de recrutamento mais próximas *docatch all*. Ao dividir os partidos em grandes, médios e pequenos, é preciso levar em conta que a variável tamanho é eminentemente política e tem a ver com os recursos capazes de serem mobilizados pelo partido na luta política.

Considerando o número de filiados declarados por cada partido em 2012⁶, a bancada conquistada por cada um deles na Câmara dos Deputados Federais e a votação obtida nas eleições de 2012, os partidos foram divididos em três grupos: partidos grandes (PMDB, PT, DEM e PSDB), partidos médios (PDT, PTB, PP, PR, PSB, PPS, PCdoB, PV, PRB e PSD) e partidos pequenos (PRP, PMN, PSOL, PSL, PSC, PTC, PTdoB, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, PSTU e PCO). O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos grupos de cor de acordo com essa divisão:

Gráfico 6 Distribuição dos grupos de cor nas candidaturas de acordo com o tamanho do partido



Fonte: o autor a partir de dados do TSE.

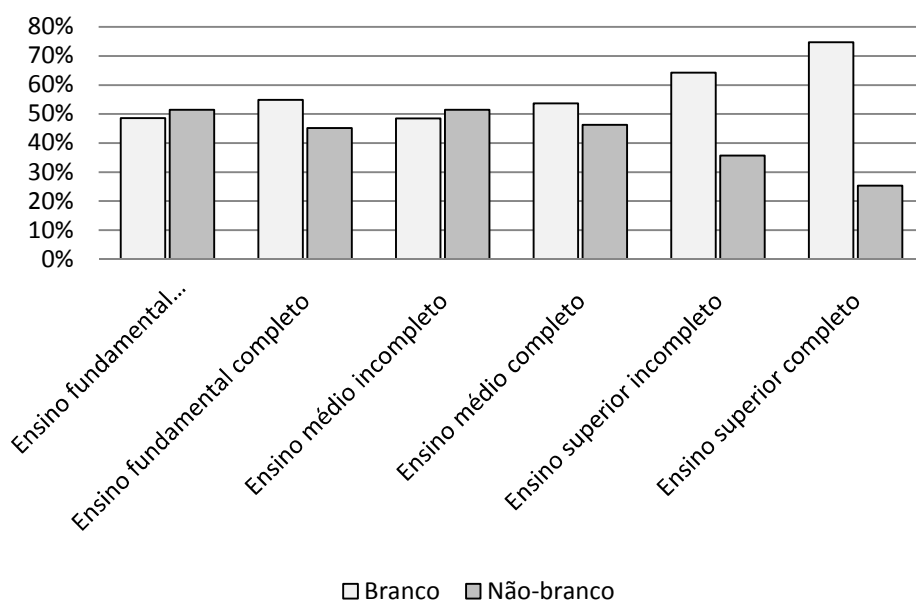
De acordo com o gráfico acima, parece haver uma associação entre tamanho do partido e presença de não-brancos nas listas. Tal associação é presente nos dois municípios, porém mais forte no Rio de Janeiro. Como sugerido pela hipótese acima discutida, partidos grandes parecem menos abertos a candidatura de não-brancos, enquanto as legendas menores se comportam de modo oposto. Uma hipótese explicativa para isso é que as listas dos partidos menores tendem a refletir de modo mais próximo a oferta demográfica de lideranças dispostas a se candidatar. Partidos maiores, por seu

⁶<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/filiados>

turno, têm de lidar com uma distribuição predefinida de capital político, o que torna suas elites menos abertas a grupos tradicionalmente marginalizados da política como não-brancos e mulheres.

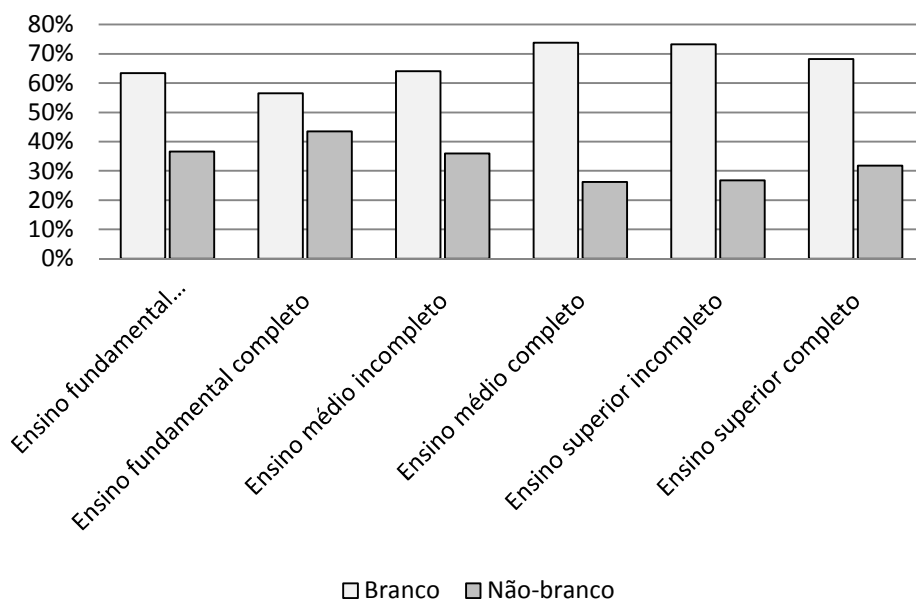
Mas além dos fatores relacionados à morfologia partidária, é preciso considerar que os partidos brasileiros tendem a variar bastante em relação a composição social de seus quadros. Como muitos autores vêm destacando (PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009; RODRIGUES, 2002), a homogeneidade de nossas elites políticas em termos de gênero e raça contrasta com uma heterogeneidade relativamente grande em termos de profissão e classe social. Para nossos fins, é importante considerar a diversidade de origem social dos candidatos porque, como é notório, as desigualdades raciais no Brasil tendem a se sobrepor às desigualdades educacionais e ocupacionais. Portanto, é de se esperar que a marginalização de não-brancos em algumas legendas se deva, ao menos em parte, à preferência que elas dão a classes específicas. Dito isso, o Gráfico 7 e o **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostram a distribuição dos candidatos de cada município de acordo com a cor e o nível de instrução:

Gráfico 7 Cor dos candidatos do Rio de Janeiro de acordo com o nível de instrução



Fonte: o autor a partir de dados do TSE.

Gráfico 8 Cor dos candidatos de São Paulo de acordo com o nível de instrução



Fonte: o autor a partir de dados do TSE.

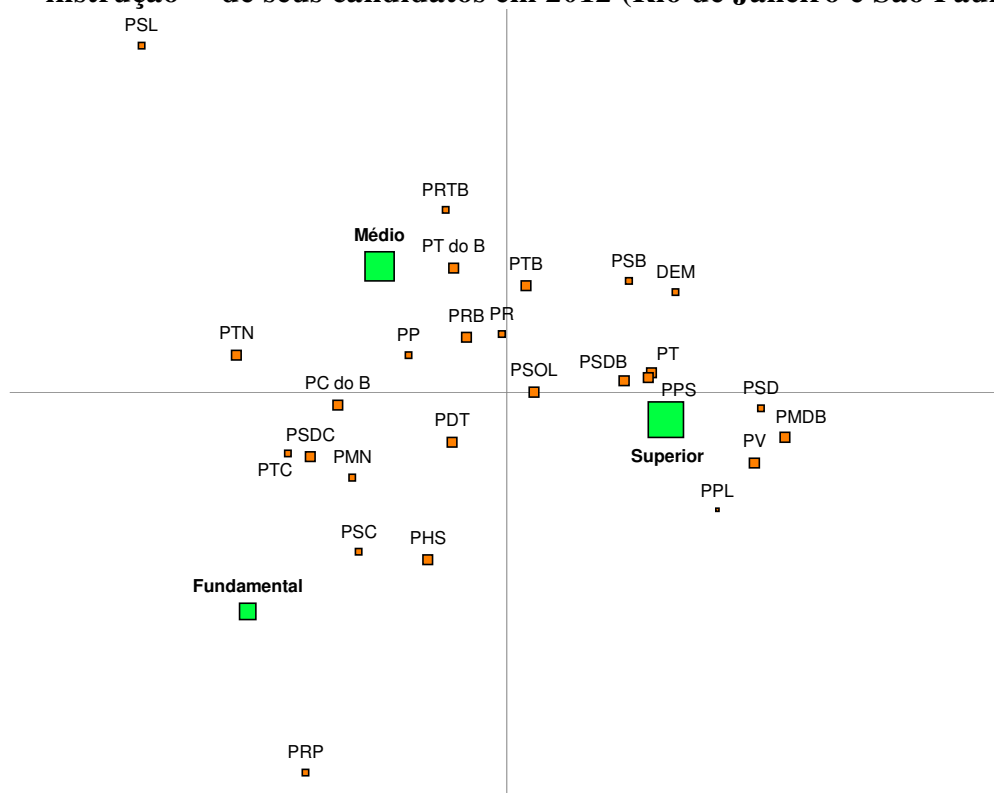
É possível perceber que a proporção de não-brancos cai no gráfico referente ao Rio à medida que subimos nos estratos educacionais. À exceção dos candidatos com ensino fundamental completo, essa tendência é bastante regular. Em São Paulo, essa tendência é menos linear, mas ainda assim, é possível perceber uma relação inversa entre nível de educação formal e cor. Esse dado indica que partidos que preferem recrutar candidatos com maior nível de instrução tendem a recrutar menos não-brancos, posto que esse contingente demográfico de fato têm menos oportunidades educacionais (HASENBALG; SILVA, 2003).

Tal dimensão explica, em parte, porque os partidos políticos classificados aqui como de centro têm tantos candidatos brancos. Tais partidos (PMDB, PV, PPS e PSDB) têm em comum o fato de recrutarem seus políticos em estratos sociais com maior nível de educação formal, como os profissionais liberais (RODRIGUES, 2002). Isso é parcialmente confirmado pelo Gráfico 9, que mostra num mapa bidimensional as correspondências entre nível de instrução dos candidatos de cada partido. Quanto mais próxima de um dos quadrados verdes, referentes ao nível educacional, mais uma sigla prefere em termos relativos candidatos daquele nível educacional⁷. À exceção do PT, todos os partidos próximos do indicador referente à educação superior tendem a ter mais brancos em suas listas. Simultaneamente, os partidos próximos ao quadrado indicando

⁷ Mais detalhes sobre a construção de análises de correspondências podem ser encontrados em BENZÉCRI (1992).

os candidatos com ensino fundamental completo ou incompleto tenderam a lançar mais candidatos não-brancos em 2012.

Gráfico 9 Análise de correspondências entre os partidos* e o grau de instrução de seus candidatos em 2012 (Rio de Janeiro e São Paulo)**



Fonte: o autor a partir de dados do TSE.

* Para facilitar a exposição, excluímos dessa lista os partidos que lançaram menos de dez candidatos. São eles: PSTU, PCO e PCB.

** Os graus de instrução foram fundidos para facilitar a visualização do mapa. Logo, o quadrado referente ao ensino fundamental engloba tanto os candidatos que o concluíram, quanto aqueles que não o concluíram. O mesmo vale para os outros estratos educacionais.

Todavia, é preciso analisar esse dado com cautela. A análise quantitativa feita não permite estabelecer por que um dado atributo (possuir curso superior) tem impacto na seletividade partidária ou no sucesso eleitoral. NORRIS; LOVENDUSKI (1995) sugerem que a preponderância na política de profissionais diplomados como advogados, empresários ou professores talvez tenha mais a ver com a disponibilidade de tempo e com as habilidades discursivas ligadas a elas do que com uma preferência consciente dos partidos. E como corroboram Renato Perissinotto e Angel Miríade:

(...) o fato de um indivíduo possuir curso superior ser um atributo que aumenta as suas chances de se tornar candidato e de obter sucesso eleitoral não quer dizer, por si mesmo, que os seletores partidários busquem conscientemente pessoas com alto nível de escolaridade. Esse fato pode indicar apenas que pessoas com melhor formação escolar, pelas habilidades que dominam, se sentem mais capazes para seguir uma carreira política. Valendo-nos de uma linguagem mais sociológica, o modo de conversão de um capital (escolar) em

outro (político) não pode ser desvendado apenas pela análise quantitativa (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 304).

De todo modo, tudo leva a crer que um elemento importante na sub-representação dos não-brancos nas candidaturas reflete ao menos em parte o fato de eles terem menos acesso à formação escolar de nível superior.

CONCLUSÕES

De diferentes pontos de vista, a sub-representação dos negros é um traço injusto e antidemocrático da política brasileira. Contudo, é particularmente difícil pensar em políticas que solucionem esse problema se ainda não há diagnósticos sobre os motivos que excluem os negros da política. A bibliografia sobre a relação entre raça e eleições contribui pouco para solucionar esse dilema na medida em que se foca na existência ou não de uma orientação étnica nas votações. Apenas mais recentemente, pesquisas se dedicaram a pensar em que medida é possível atribuir a ausência dos negros da política à vontade do eleitor.

O foco nas demandas dos eleitores também relegou a um segundo plano o problema da oferta de candidaturas. Como algumas pesquisas sobre a ausência de mulheres na política vêm apontando, a oferta de candidatas parece influenciar mais a sub-representação feminina no parlamento do que um viés sexista do eleitor (MIGUEL; QUEIROZ, 2006). Tudo isso justifica investigações sobre a oferta de candidatos negros pelos partidos brasileiros.

Por outro lado, os dados discutidos mostram que a sub-representação dos negros não pode ser atribuída à carência de candidatos na oferta agregada das listas partidárias. Corroborando os achados BUENO; DUNNING (2013), o déficit de representação descritiva é relativamente pequeno quando comparamos o total de não-brancos lançados candidatos em 2012 e o total de não-brancos na população de cada um dos municípios analisados. Todavia, ao observar a distribuição dessas candidaturas nos partidos, é possível notar desigualdades importantes que talvez expliquem as menores chances eleitorais dos negros.

Ao contrário do que grande parte da bibliografia especializada aponta, não houve em 2012 uma maior abertura dos partidos de esquerda a candidatos não-brancos do que os partidos de direita. Embora legendas como PT, PCdoB e PDT de fato recrutem mais candidatos não-brancos, o mesmo vale para partidos pequenos de direita. Curiosamente, os partidos com uma proporção maior de brancos se concentram no centro do espectro político. Ao que parece, mais importante no viés racial do recrutamento de candidaturas não é propriamente a cor ideológica do partido, mas o seu

tamanho. Partidos grandes tendem a conferir menos espaço para candidatos não-brancos do que partidos pequenos. Excetuando-se alguns casos, é possível supor que os partidos pequenos têm de recrutar suas lideranças em estratos sociais mais baixos, o que aumenta a probabilidade de que não-brancos sejam recrutados.

O nível educacional dos candidatos lançados em 2012 parece ser uma evidência da correção desta hipótese. Não apenas porque existem menos não-brancos nos estratos com maior nível educacional, mas também porque a maior parte dos partidos grandes e de centro-direita tendem a privilegiar tais estratos. Tudo isso leva a crer que a educação superior é um elemento fundamental para o afastamento dos não-brancos das listas eleitorais. Tendo isso em vista, é possível esperar que a difusão e sucesso das políticas de cotas raciais no ensino superior contribuam no médio e longo prazo para uma maior presença de não-brancos nas candidaturas e, quiçá, nas instâncias decisórias.

Mas antes disso, é preciso pensar com mais calma em medidas que garantam alguma uniformidade na distribuição de não-brancos pelas listas eleitorais dos partidos. Partidos com maior chance de sucesso eleitoral nos municípios estudados como PMDB e PSDB costumam ser justamente os que dão menos espaço a esse grupo em suas listas. Uma política que equalizasse a oferta de candidatos do ponto de vista racial talvez já conseguisse efeitos benéficos importantes sem, contudo, demandar uma polêmica e complexa modificação do nosso modelo de escolha dos candidatos.

BIBLIOGRAFIA

- BENZÉCRI, J.-P. *Correspondence Analysis Handbook Statistics*. New York: Marcel Dekker Inc., 1992.
- BERQUÓ, E.; ALENCASTRO, L. F. D. A emergência do voto negro. *Novos Estudos*, v. 33, p. 77-88, 1992.
- BRAGA, I. Congresso estuda implementar cota para parlamentares negros. *O Globo*, 30 de outubro de 2013 de 2013.
- BUENO, N.; DUNNING, T. *Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians*. São Paulo 2013.
- CARDOSO, D. CCJ da Câmara aprova proposta de cota para parlamentar de origem negra. *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 2013 de 2013.
- CARREIRÃO, Y. D. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, p. 136-63, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100006&nrm=iso>.
- CASTRO, M. M. M. Raça e comportamento político. *Dados*, v. 36, n. 3, p. 469-91, 1993.
- FALCÃO, M. Comissão da Câmara aprova cota para parlamentares negros nos legislativos. *Folha de S. Paulo*, 30 de outubro de 2013 de 2013.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, p. 93-107, 2003. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&nrm=iso>.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. D. V., Eds. *Origens e destinos: desigualdades social ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooksed. 2003.
- HTUN, M. Is Gender like Ethnicity? The Political Representation of Identity Groups. *Perspectives on Politics*, v. 2, n. 3, p. 439-58, 2004.
- JOHNSON III, O. A. Racial Representation and Brazilian Politics: Black Members of the National Congress, 1983–1999. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 40, n. 4, p. 97-118, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.1998.tb00075.x>>.
- KINZO, M. D. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- KYMLICKA, W. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford e New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1995. vii, 280 p. p.
- MAGNOLI, D. O Brasil e a ‘nação diaspórica’. *O Globo*, 11 de novembro de 2013 de 2013.
- MANSBRIDGE, J. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". *The Journal of Politics*, v. 61, n. 3, p. 628-57, 1999. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3816%28199908%2961%3A3%3C628%3ASBRBAW%3E2.0.CO%3B2-8>>.
- MENEGUELLO, R.; MANO, M. K.; GORSKI, C. Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política. In: MENEGUELLO, R.; SPECK, B., et al (Ed.). *Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública, 2012.
- MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300005&nrm=iso>.
- MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, p. 757-93, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000400005&nrm=iso>.
- MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. D. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-85, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&nrm=iso>.
- MITCHELL, G. Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. *Opinião Pública*, v. 15, p. 273-305, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200001&nrm=iso>.
- MUNIZ, J. O. Preto no branco?: mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 251-82, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100007&nrm=iso>.
- NORRIS, P. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional de representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos*, n. 38, p. 99-147, 1994.

- OLIVEIRA, C. L. P. O Negro e o Poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH*, n. Suplemento, p. 94-116, 1991.
- _____. O Negro e o Poder no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. *Caderno CRH*, n. 36, p. 49-67, 2002.
- PAIXÃO, M.; CARVANO, L., Eds. *Relatório Desigualdades Raciais (2007-2008)*. Rio de Janeiro: Editora Garamonded. 2008.
- PERISSINOTTO, R.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. *Sociologias*, p. 280-313, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200011&nrm=iso>.
- PERISSINOTTO, R.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, p. 301-33, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200002&nrm=iso>.
- PHILLIPS, A. *Engendering Democracy*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1991.
- _____. *The Politics of Presence*. Oxford University Press, USA, 1995.
- _____. *Multiculturalism without culture*. Princenton: Princenton University Press, 2007.
- PITKIN, H. F. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PRANDI, R. Raça e voto na eleição presidencial de 1994. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 30, p. 61-78, 1996.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, p. 31-47, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100004&nrm=iso>.
- SENTO-SÉ, J. T. As várias cores do socialismo moreno. *Anos 90*, v. 11, n. 19/20, p. 49-76, 2004.
- SILVA, N. D. V. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. D. V., et al (Ed.). *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 107-23.
- SOARES, G. A. D.; SILVA, N. D. V. O charme discreto do socialismo Moreno. *Dados*, v. 28, n. 2, p. 163-92, 1985.
- SOUZA, A. D. Raça e Política no Brasil Urbano. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, p. 61-70, 1971.
- UNINEGRO. *Balanco eleitoral do voto étnico negro e presença dos negros no parlamento*. União de Negros Pela Igualdade. Belo Horizonte. 2011
- WILLIAMS, M. *Voice, Trust, and Memory: Marginalized Groups and the Failings of Liberal Representation*. Princeton University Press, 2000.
- YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2000. x, 304 p. p.